



JUSTIFICATIVA

Todos os animais de laboratório produzidos, mantidos e utilizados com a finalidade de ensino e pesquisa sob a responsabilidade da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, devem ser criados conforme a Lei n. 11.794/2008, com o Decreto n. 6.899/2009 e demais disposições legais pertinentes, especialmente com as resoluções do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA.

Dentre os cuidados necessários para a manutenção dos animais durante a produção e utilização dos mesmos, a atenção e o fornecimento de subsídios que possibilitem a evolução natural e o respeito à fisiologia e comportamento de cada espécie, são primordiais.

A alimentação é dentre as necessidades básicas de todos os seres vivos, essencial para a promoção da vida, o ato de ingerir nutrientes adequados em proporções ideais repercute durante todo o processo de desenvolvimento. O não suprimento da alimentação necessária ou o fornecimento de rações com baixa qualidade nutricional para animais transgridem os princípios de básicos bem estar animal, ocasionando estresse, canibalismo, absorção embrionária, agressividade, oscilação de imunidade, aumentando susceptibilidade a agentes infecciosos e elevação dos óbitos nas colônias.

As especificações técnicas e quantitativas dos materiais a serem adquiridos, estão de acordo com o previsto no artigo 15, § 7º, da Lei 8.666/93, demonstrados explicitamente no Termo de Referência.

Em atenção ao artigo 3º, do Decreto 7.892/2013, informamos que o quantitativo do material requisitado leva em consideração o atendimento das necessidades da Administração, dentro do período de 12 (doze) meses – período máximo da vigência da Ata de Registro de Preços – inclusive o atendimento de situações imprevisíveis, tendo em vista que a Ata de Registro de Preços não permite qualquer aditivo. A estimativa dos materiais a serem adquiridos e sua provável utilização foi baseada em função da média dos anos anteriores e na projeção do aumento da demanda das unidades acadêmicas.

A presente justificativa baseia-se na solicitação de bens apresentada na requisição nº 1744/2016, e nos pontos elencados e assinados pelo diretor da unidade requisitante, conforme o documento “Justificativa da compra, cláusulas para elaboração do Termo de Referência e designação da equipe técnica de apoio”.



A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se pela forma de aquisição dos bens e serviços comuns, tipo menor preço, uma vez que sua utilização é preferencial, segundo Decreto nº 5.450/05:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

[...]

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de aquisição dos bens e serviços, que terá previsão de entregas parceladas, segundo a nossa necessidade, conforme as disponibilidades orçamentárias, uma vez que segundo Decreto nº 7.892/2013:

Art. 3º O sistema de registro de preços será adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



A aquisição a ser feita se baseará no “Termo de Referência” aprovado pela Reitoria da Universidade Federal de Alagoas, no uso das suas atribuições legais.

Maceió/AL, 2 de outubro de 2017.

TALLITA SANNY SANTOS

Diretora da Divisão de Compra

Ratifico em ___/ ___/ 2016.

MARIA VALÉRIA COSTA CORREIA

Reitora